



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680053 - SP (2021/0218706-5)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
GUSTAVO PICCHI - SP311018
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RAFAEL CAMARGO ELIAS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RAFAEL CAMARGO ELIAS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravamento em Execução Penal n. 0006433-10.2021.8.26.0996).

O paciente foi condenado à pena de reclusão de 6 anos, 2 meses e 20 dias e formulou, após ter cumprido requisito objetivo, pedido de progressão ao regime semiaberto e de concessão de livramento condicional.

A impetrante sustenta que o requisito objetivo para a concessão do livramento condicional já foi preenchido, em razão do cumprimento de 3/5 da pena privativa de liberdade pelo paciente. A autoridade coatora deu provimento ao agravo em execução penal interposto pelo Ministério Público, alterando o posicionamento do Juízo de primeira instância.

Requer, liminarmente, o deferimento da medida de urgência para que seja concedido ao paciente o livramento condicional. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que, confirmando-se a liminar, seja cassado o acórdão atacado e concedido o livramento condicional.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente